



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**  
 Palácio da Justiça Rio Tocantins, Praça dos Girassóis, sn - Bairro Centro - CEP 77015007 - Palmas - TO - <http://www.tjto.jus.br>  
 Tribunal de Justiça

**Contrato Nº 5/2021 - PRESIDÊNCIA/DIGER/DIADM/DCC**

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
 PROCESSO 20.0.000023217-4**

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS E O MUNICÍPIO DE PEDRO AFONSO, POR INTERMÉDIO DA SISAPA - AGÊNCIA DE SANEAMENTO DE PEDRO AFONSO.**

Pelo presente Instrumento e na melhor forma de direito, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 25.053.190/0001-36, com sede na Praça dos Girassóis, s/nº, centro, em Palmas/TO, neste ato representado por seu Diretor-Geral, o Senhor **JONAS DEMOSTENE RAMOS**, brasileiro, portador do RG nº 2.257.484-1 - SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 455.662.839-34, residente e domiciliado nesta capital, doravante designado **CONTRATANTE** e, de outro lado, o **MUNICÍPIO DE PEDRO AFONSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito CNPJ/MF nº. 02.070.589/0001-20, situado à Rua Getúlio Vargas nº. 400, Centro, Pedro Afonso/TO, CEP: 77.710-000, por intermédio da **SISAPA - AGÊNCIA DE SANEAMENTO DE PEDRO AFONSO**, autarquia municipal, com sede na Avenida E, Setor Aeroporto, nº 891, Telefone (063) 3466-1915, CEP: 77.710-000, Pedro Afonso/TO, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu Diretor Presidente, o Senhor **EDILSON MARTINS DOS SANTOS JÚNIOR**, brasileiro, portador do RG nº. 879828 - SSP/TO, inscrito no CPF/MF sob nº. 029.182.671-71, têm entre si, justo e avençado, o presente **CONTRATO**, observado as disposições da Lei nº 8.666/93, mediante as cláusulas a seguir descritas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:**

- 1.1. O presente Instrumento tem por objeto a contratação do fornecimento água potável de forma diária, ininterrupta, suficiente para atender as necessidades do Fórum da Comarca de Pedro Afonso.
- 1.2. A contratação citada na subcláusula 1.1 obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como as especificações técnicas, forma de execução, em conformidade com as disposições dos documentos adiante enumerados, constantes do Processo Administrativo 20.0.000023217- 4 do **CONTRATANTE**, e que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste, no que não o contrariarem. São eles:
  - 1.2.1 O Projeto Básico constante no Processo Administrativo acima epigrafado;
- 1.3. Os serviços ora contratados foram objeto de Inexigibilidade de licitação, de acordo com o disposto no art. 25, “*caput*”, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.
- 1.4. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.
- 1.5. Nenhum acréscimo poderá exceder os limites estabelecidos no item anterior, salvo as supressões que poderão exceder aos limites legais, quando acordadas entre as partes.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO / FORNECIMENTO:**

- 2.1. A **CONTRATADA** deverá fornecer água potável, tratada, de forma diária, ininterrupta e com pressão suficiente para atender as necessidades do Fórum sede da Comarca de Pedro Afonso.

INSCRIÇÃO Nº	CIDADE	ENDEREÇO
2-51370-1-10	Comarca de Pedro Afonso	Avenida João Damasceno de Sá, Nº 1434, Setor Aeroporto

- 2.2. A **CONTRATADA** deverá manter índices de qualidade dos serviços, de acordo com os padrões e indicadores de qualidade estabelecidos pelos órgãos regulamentadores.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS:**

- 3.1. A **CONTRATADA** poderá suspender os serviços de fornecimento de água potável, e se isenta de quaisquer responsabilidades, penalidades ou indenizações pelos prejuízos advindos ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, em consequência desse fato quando a suspensão se verificar pelo motivo de caso fortuito ou força maior, de ordem de autoridades competentes, impedimentos legais ou acidentes nas instalações.
- 3.2. Não caracteriza descontinuidade do fornecimento ou sua interrupção imediata, pelas razões descritas nos subitens 3.2.1 e 3.2.2, ou após prévio aviso formal, pelas razões descritas nos subitens de 3.2.3 a 3.2.5:
  - 3.2.1. Deficiência nas instalações hidráulicas que ofereçam risco iminente de danos a pessoas, bens ou ao sistema hidráulico;
  - 3.2.2. Fornecimento de água potável a terceiros, a título gratuito ou revenda;
  - 3.2.3. Impedimento de acessos de empregados e representantes da **CONTRATADA** para leitura, substituição de hidrômetro, reparos e inspeções necessárias;
  - 3.2.4. Razões técnicas definidas pelos órgãos reguladores;

3.2.5. Falta de pagamento da fatura de água potável, observando o disposto no artigo 78, inciso XV da Lei nº 8.666/93, após aviso prévio.

#### CLÁUSULA – QUARTA DA MEDIÇÃO:

4.1. A medição da água potável fornecida, será efetuada através de instrumentos de medição pertencentes e instalados pela CONTRATADA no número de inscrição, de acordo com as normas e padrões estabelecidos pelos órgãos regulamentadores.

4.2. O medidor e demais equipamentos de medição de água potável serão fornecidos e instalados pela CONTRATADA, às suas expensas, exceto quando previsto em contrário em legislação específica, ficando a seu critério escolher os medidores que julgar necessários, bem como sua substituição ou reprogramação, quando considerada convenientes ou necessária, observados os critérios estabelecidos na legislação metrológica aplicáveis a cada equipamento.

4.3. Serão de responsabilidade do CONTRATANTE, os custos decorrentes das adaptações em suas instalações, que se fizerem necessárias para o recebimento dos equipamentos de medição.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR:

5.1. O valor mensal estimado para o fornecimento de água potável corresponde à quantia de **R\$ 132,36 (cento e trinta e dois reais e trinta e seis centavos)**, perfazendo o valor total anual de **R\$ 1.588,34 (um mil quinhentos e oitenta e oito reais e trinta e quatro centavos)**, e o valor global de **R\$ 7.941,60 (sete mil novecentos e quarenta e um reais e sessenta centavos)**, pelo período de 60 (sessenta) meses.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

6.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão pela seguinte dotação orçamentária:

**Unidade Gestora:** 060100 - Funjuris

**Classificação Orçamentária:** 0601.02.122.1145.4204

**Natureza de Despesa:** 33.90.39

**Fonte de Recursos:** 0240

6.2. As despesas inerentes à execução deste Contrato serão liquidadas por meio da Nota de Empenho, que será emitida à conta da dotação orçamentária especificada nesta Cláusula.

6.3. A CONTRATADA emitirá Nota Fiscal e/ou Fatura em observância à unidade gestora emissora da nota de empenho que albergou a contratação.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO:

7.1. Para pagamento da despesa, após realização da leitura do efetivo consumo de água potável, a CONTRATADA deverá enviar a fatura ao CONTRATANTE, via e-mail através da conta *dsg@tjto.jus.br*.

7.2. Os pagamentos serão efetuados mensalmente até **dia 25 de cada mês**, data escolhida pelo CONTRATANTE, desde que a CONTRATADA cumpra com as obrigações constantes neste Contrato e no Projeto Básico, sendo que, recaindo sobre dias não úteis, o termo final será prorrogado para o dia útil subsequente.

7.3. O valor mensal a ser pago referente ao consumo será apurado mediante leitura das contas apresentadas, conforme números de inscrições constantes neste Contrato.

7.4. O atesto do gestor do contrato é condição indispensável para o pagamento.

7.5. Na ausência do gestor do contrato (férias, licença ou em viagem por interesse do CONTRATANTE), o atesto será dado pelo gestor substituto.

7.6. O pagamento será realizado, no prazo previsto no subitem 7.2, por meio de ordem bancária em conta corrente da CONTRATADA: **Banco do Brasil, Agência nº 1595-4, Conta Corrente nº 5857-2**, desde que mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação para contratação caso não haja fato impeditivo para o qual não tenha concorrido.

7.7. O CNPJ constante da nota fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta, nota de empenho e vinculado à conta corrente da CONTRATADA.

7.8. Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que tal não tenha concorrido de alguma forma a CONTRATADA, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), coluna 2, publicado pela FGV, ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

7.9. Todos os atos inerentes ao presente processo obedecerão às regras concernentes ao Sistema Eletrônico de Informações – SEI do CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

8.1. A CONTRATADA obriga-se a:

8.1.1. Observar a leis, decretos regulamentos, portarias e demais normas aplicáveis direta e indiretamente aplicáveis ao objeto contratado;

8.1.2. Cumprir com fidelidade os serviços descritos neste Instrumento e no Projeto Básico, bem como a todas as determinações previstas pelos órgãos regulamentadores dos serviços contratados, e atender ainda a toda e qualquer solicitação feita pelo CONTRATANTE visando o fiel cumprimento do presente instrumento, fornecer água potável de qualidade, inclusive nas eventuais faltas de água, previstas ou não, atender as normas e exigências aplicáveis, em especial as oriundas dos órgãos reguladores e fiscalizadores;

8.1.3. Proporcionar atendimento com eficiência e eficácia, na Comarca de Pedro Afonso, de forma a compatibilizar a prestação de serviço às necessidades do CONTRATANTE;

8.1.4. Realizar a leitura mensal, para o faturamento do efetivo consumo de água;

8.1.5. Após a realização da leitura do efetivo consumo de água potável, a CONTRATADA deverá enviar a fatura, via e-mail através da conta *dsg@tjto.jus.br* e/ou em mãos, ao CONTRATANTE, Praça dos Girassóis s/nº, CEP: 77.015-007, - Divisão de Serviços Gerais, no prazo de até 10 (dez) dias úteis anterior a data de vencimento;

8.1.6. Assumir inteira responsabilidade técnica e operacional, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outra empresa a responsabilidade por problemas na prestação dos serviços;

8.1.7. Respeitar a privacidade do CONTRATANTE com relação aos documentos de cobrança e todas as informações pessoais a ele referentes;

8.1.8. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução deste Contrato;

- 8.1.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado;
- 8.1.10. Manter os empregados devidamente uniformizados para o desempenho de suas funções, portando crachá com identificação;
- 8.1.11. Receber as solicitações e reclamações relacionadas aos serviços prestados no mínimo 8 (oito) horas por dia, em horário comercial da 08:00 as 12:00 de 14:00 as 18:00 horas;
- 8.1.12. Na hipótese de motivo que possa resultar em suspensão no fornecimento de água potável para os Fóruns da Comarca de Pedro Afonso, a CONTRATADA deverá oficialiar o contrato, com o prazo de no mínimo 30 (trinta) dias da previsão de suspensão;
- 8.1.13. Em caso de alto consumo, comprovado por motivo de vazamento interno, a CONTRATADA obriga-se a faturar no máximo o valor estimado mensal e/ou de acordo com as normas estipuladas através dos órgãos regulamentadores;
- 8.1.14. Informar na fatura a existência de débitos anteriores;
- 8.1.15. Comunicar por escrito o CONTRATANTE, por meio gestor do contrato, a substituição de equipamentos de medição, indicando a leitura do medidor retirado e a do instalado;
- 8.1.16. Encaminhar ao CONTRATANTE, gestor do contrato, notificações referente a possíveis vazamentos e/ou irregularidades que foram detectadas nas localidades contratadas para o fornecimento de água potável;
- 8.1.17. Não transferir a outrem o objeto, no todo ou em parte a execução do objeto deste Contrato;
- 8.1.18. Apresentar as faturas de cobrança em conformidade com o estabelecido na nota de empenho;
- 8.1.19. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratação, em conformidade com art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93, incluindo a atualização de documentos de controle da arrecadação de tributos e contribuições federais e outras legalmente exigíveis.

#### **CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

9.1. O CONTRATANTE obriga-se a:

- 9.1.1. Observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e demais normas legais, direta e indiretamente aplicáveis ao objeto deste Contrato;
- 9.1.2. Responsabilizar-se pela lavratura do respectivo contrato, com base nas disposições da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações;
- 9.1.3. Receber os serviços de acordo com as disposições deste Contrato e do Projeto Básico;
- 9.1.4. Comunicar imediatamente a CONTRATADA quaisquer incorreção apresentada com o objeto prestado deste Contrato;
- 9.1.5. Cumprir fielmente as obrigações constantes neste Contrato e no Projeto Básico;
- 9.1.6. Prestar quaisquer esclarecimentos que venham ser formalmente solicitados pela CONTRATADA e pertinente ao objeto desta contratação;
- 9.1.7. Em caso da apresentação de vazamento na parte hidráulica nas dependências do Fórum da Comarca de Pedro Afonso o CONTRATANTE, obriga-se a providenciar a retirada/correção do (s) vazamento (s), com a urgência que o caso requer, através da Diretoria de Infraestrutura e Obras - Serviços de Manutenção Predial;
- 9.1.8. Zelar pelo bom andamento do presente Contrato, dirimindo quaisquer dúvidas que porventura existam;
- 9.1.9. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a execução deste Contrato;
- 9.1.10. Processar e liquidar a fatura correspondente, desde que não haja fatos impeditivos imputáveis a CONTRATADA;
- 9.1.11. Zelar para que durante a vigência deste Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas por parte da CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na prestação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

10.1. Nos termos do art. 87 da Lei nº. 8.666/93, pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas neste Instrumento, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa da CONTRATADA, que deverá ser apresentada no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, aplicar, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, as seguintes sanções:

- a) Advertência, por escrito, quando a CONTRATADA deixar de atender quaisquer indicações aqui constantes;
- b) Multa compensatória/indenizatória no percentual de até 5% (cinco) calculado sobre o valor deste Contrato;
- c) Suspensão temporária de participação de licitação e impedimento de contratar com Poder Judiciário do Estado do Tocantins, pelo prazo de até 02 (dois) anos; e
- d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.2. Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela CONTRATADA, a esta será aplicada multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o deste Contrato por dia de atraso, limitada a 10% (dez por cento) do valor inadimplido.

10.3. O valor da multa aplicada (tanto compensatória quanto moratória) deverá ser recolhido no setor financeiro do CONTRATANTE, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis após a respectiva notificação.

10.4. Caso não seja paga no prazo previsto no subitem anterior, a multa será descontada por ocasião do pagamento posterior a ser efetuado pelo CONTRATANTE ou cobrada judicialmente.

10.5. Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei nº 8.666/93.

10.6. Na aplicação de quaisquer sanções previstas na legislação, serão garantidos o contraditório e a prévia defesa.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO:**

11.1. O presente Instrumento poderá ser rescindido:

- a) Por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII e XVIII do art. 78, da Lei nº. 8.666/93;
- b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no respectivo procedimento administrativo, desde que haja conveniência para a Administração; e
- c) Judicialmente, nos termos da Lei;

Parágrafo Único - No caso de rescisão amigável, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

11.2. A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993:

11.2.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato ensejará a sua rescisão, com às consequências estabelecidas neste Instrumento e as previstas em lei.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA:**

12.1. O presente Contrato vigorará por 60 (sessenta) meses, contados a partir do dia 12 de fevereiro de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO:**

13.1. O presente Contrato fica vinculado em sua integralidade aos termos constantes do Ato que declarou a Inexigibilidade de Licitação, bem como aos autos 20.0.000023217-4.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO E CASOS OMISSOS:**

14.1. O presente Instrumento, inclusive os casos omissos regula-se pela Lei nº 8.666/1993 e suas alterações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:**

15.1. A gestão e a fiscalização deste Contrato ficarão a cargo do Chefe da Divisão de Serviços Gerais do CONTRATANTE.

15.2. A atuação ou a eventual omissão da fiscalização durante a realização dos trabalhos, não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade da prestação dos serviços contratados.

15.3. O atesto da nota fiscal será realizado pelo gestor, desde que os serviços estejam em conformidade com as exigências e que não haja fatos impeditivos imputáveis à CONTRATADA.

15.4. Ao gestor caberá comunicar imediatamente à CONTRATADA qualquer defeito apresentado nos serviços prestados.

15.5. O gestor deverá prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

15.6. Cabe ao gestor zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pelas partes, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratação.

15.7. A fiscalização será sob o aspecto qualitativo e quantitativo, devendo ser anotado, em registro próprio as falhas detectadas, e comunicadas a CONTRATADA todas as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte desta.

15.8. Todos os atos emanados pelo gestor serão considerados como se fossem praticados pelo CONTRATANTE.

15.9. A comunicação entre o fiscal e a CONTRATADA será realizada por meio de correspondência oficial e anotações ou registros no mesmo processo que tratam da contratação em tela.

15.10. Quando houver necessidade, o gestor deverá emitir notificações à CONTRATADA.

15.11. Demais atribuições e responsabilidades do gestor de contratos no âmbito do CONTRATANTE estão disciplinadas pelo Decreto Judiciário nº. 291/2009 e Portaria nº. 255/2009 TJ-TO.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO:**

16.1. A publicação resumida do presente Contrato no Diário da Justiça Eletrônico - DJE, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo CONTRATANTE, nos termos do parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS VEDAÇÕES:**

17.1. É vedado à CONTRATADA:

17.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

17.1.2. Subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto deste Contrato;

17.1.3. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- DAS CONDIÇÕES GERAIS:**

18.1. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO:**

19.1. Para dirimir todas as questões oriundas do presente Contrato fica eleito o Foro de Palmas/TO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, lavrou-se o presente Termo que, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes por meio de assinatura eletrônica, utilizando-se do Sistema Eletrônico de Informações - SEI/TJTO.



Documento assinado eletronicamente por **Edilson Martins dos Santos Junior**, Usuário Externo, em 29/01/2021, às 08:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Jonas Demostene Ramos, Diretor Geral**, em 29/01/2021, às 12:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no link <http://sei.tjto.jus.br/verifica/> informando o código verificador **3519251** e o código CRC **D7F1276E**.

---